

Educação Ambiental para quê e para quem? Abordagens de ambiente e educação ambiental na Base Nacional Comum Curricular

Environmental Education for what and whom? Approaches to the environment and environmental education in the Curricular Common National Base

Paula Senna Ceará

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e
Sociedade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
paulasennafrjr@gmail.com

Maria Cristina Ferreira dos Santos

Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente dos
Programas de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade e de
Ensino em Educação Básica da UERJ.
mariacristinauerj@gmail.com

Resumo

As questões ambientais têm sido motivo de debates frequentes na sociedade atual. Esse estudo teve como objetivo analisar as noções de ambiente e Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece um currículo mínimo para a educação básica em âmbito nacional. A pesquisa teve abordagem qualitativa com tratamento quantitativo dos dados, tendo sido realizada uma pesquisa documental com a técnica de análise de conteúdo. As unidades de registro foram: “ambiente”, “educação ambiental” e “ambiental”, relacionadas às noções de ambiente e macro-tendências de educação ambiental. No texto foram localizadas 118 unidades de registro. A análise indicou 83 unidades com perspectiva conservacionista, 20 pragmática e 15 crítica de Educação Ambiental. As noções de ambiente e educação ambiental na BNCC estão ligadas principalmente a abordagens conservacionistas e pragmáticas, sem problematização de aspectos sociais e político-econômicos.

Palavras-chave: educação ambiental, BNCC, pesquisa documental, currículo de ciências, ensino fundamental.

Abstract

Environmental issues have been the subject of frequent debates in society. This study aimed to analyze the notions of environment and Environmental Education at the National Common Curricular Base (BNCC), a document that establishes a minimum curriculum for elementary education at the national level. The research had a qualitative approach with quantitative data

treatment, having been carried through the documentary research with the content analysis technique. The registration units were: “environment”, “environmental education” and “environmental”, related to the notions of environment and macro trends in environmental education. In the text, 118 record units were found. The analysis indicated 83 units with a conservationist perspective, 20 pragmatic and 15 critical of Environmental Education. The environment and environmental education notions at BNCC are mainly linked to conservationist and pragmatic approaches, without problematizing social and political-economic aspects.

Key words: environmental education, BNCC, documental research, science curriculum, elementary school.

Introdução

A inquietação com as questões ambientais tem sido motivo de preocupação na vida de grande parte das populações, devido a diversas catástrofes ambientais, naturais ou antrópicas. A exploração do ambiente tem sido crescente. Os seres humanos vêm realizando atividades que põem em risco a vida de outros seres vivos no planeta. Vários fatores colaboram para a crise ambiental atual, como: o consumismo desenfreado, ocasionado por uma sociedade capitalista que preza o ter ao invés do ser; a industrialização, que propiciou a produção de bens em larga escala; o crescimento populacional desordenado; países e sociedades sem organização apropriada, carecendo de relações de respeito e cuidado com os seres humanos e outros seres vivos (LIMA, 2014).

Noções de ambiente e de educação ambiental

De acordo com Ribeiro (2013), a noção de ambiente refere-se à estrutura presumida ou representada pelo ser humano, a realidade entendida. Abrange fenômenos que estão em situação de utilidade para o ser humano. Na perspectiva desse autor, a noção de meio ambiente diz respeito a elementos que se referem a uma espécie em particular, que são importantes para a mesma e que estabelecem relações permanentes.

Para Dulley (2004) o ambiente está relacionado ao local em que seres humanos habitam, independentemente do seu contexto cultural. O meio ambiente é o lugar onde vivem as outras espécies conhecidas pelos seres humanos e que não estão diretamente relacionadas com a sobrevivência humana.

Para Reigota (1998) o ambiente tem sido representado por três visões: a antropocêntrica, que está centrada nos recursos naturais essenciais para a sobrevivência humana; a visão globalizante, que considera as relações entre a sociedade e a natureza e que compreende o ser humano como parte do meio; e a visão naturalista, na qual o ambiente está voltado para o que é natural; nessa visão o ser humano é um observador, não pertencendo à fauna, à flora e ao meio abiótico, ou seja, o ser humano não possui laços de pertencimento e responsabilidade para e com a natureza.

Segundo Loureiro (2005), as linhas de pensamento na EA podem ser separadas em duas vertentes: a EA conservadora, com uma educação voltada para uma concepção materialista da natureza, em que a natureza é vista como fonte de recursos naturais; e a EA crítica, empenhada em refazer os laços entre os seres humanos e a natureza.

Para Reigota (1994), a EA envolve diversas áreas do saber, necessitando ser trabalhada de acordo com o cenário no qual os docentes estejam inseridos, e propiciando a construção do

conhecimento por docentes e discentes. A EA para a sustentabilidade é apontada como método de ensino perdurável, fundamentado no respeito às diversas formas de vida, garantindo princípios e atitudes que colaborem para as mudanças sociais, ambientais, reivindicando comprometimento da humanidade para com o Planeta Terra (TOZONI-REIS, 2006).

Layrargues e Lima (2014) dividem a EA em três macro-tendências: conservacionista, pragmática e crítica. A conservacionista está relacionada aos fundamentos da Ecologia, no enaltecimento dos vínculos afetivos em relação à natureza e na modificação da conduta pessoal em relação ao ambiente fundada num processo de modificação cultural que questiona o antropocentrismo. A macro-tendência pragmática abarca as correntes voltadas para a educação para o desenvolvimento sustentável e para o consumo sustentável. É a movimentação ecológica de mercado, que advém do predomínio neoliberal produzido de forma global desde a década de 1980. Essa macro-tendência de EA indica um modo de adaptação à conjuntura de livre mercado, que atinge as políticas públicas, e consequentemente as políticas ambientais. A macro-tendência crítica une as correntes de EA popular, emancipatória, transformadora e no processo de gestão ambiental. Fundamenta-se com destaque na crítica à estrutura que permite os mecanismos de acumulação do capital, buscando o confronto com as discrepâncias e das injustiças socioambientais.

A Base Nacional Comum Curricular

Durante a Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em 2010, foi delegada à União a construção de uma base curricular, com o objetivo de estabelecer uma educação básica igualitária, como estabelece o artigo 210 da Constituição Federal. Em 2013, com o objetivo de se estabelecer “[...] a base nacional comum, responsável por orientar a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013, p. 4), foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Segundo Gontijo (2015, p. 179), essas novas diretrizes foram decorrentes “[...] de mudanças, tais como a avaliação do ensino fundamental para nove anos e da obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos dezessete, englobando os dois últimos anos da educação infantil e do ensino médio”.

Em 2015 foi disponibilizada para consulta pública, pelo Ministério da Educação, a primeira versão da BNCC, voltada para a educação infantil e para o ensino fundamental, com contribuições de diversos setores. Em maio de 2016 foi publicada a segunda versão da BNCC, incorporando as contribuições sugeridas. Em 2017 foi lançada a terceira versão da BNCC, diferente da segunda, contendo um currículo mínimo comum para a educação infantil e para o ensino fundamental, tendo sido homologada no mesmo ano. De acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deveriam estar adequados à BNCC a partir do primeiro semestre de 2020 (BRASIL, 2017).

A BNCC é “[...] o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7). A partir da homologação da BNCC, estados e municípios teriam dois anos para se adequarem aos critérios, as metas e ao currículo mínimo, estabelecidos pela BNCC (GONTIJO, 2015).

Nesse estudo a questão de pesquisa é: como são abordadas as noções de ambiente e Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular? Considerando que a Constituição Federal de 1988, no artigo 205, assegura que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da

família (BRASIL, 1988) e que a BNCC tem como objetivo estabelecer um currículo mínimo para a aprendizagem em âmbito nacional, aponta-se a importância de investigar as noções de ambiente e da educação ambiental contidas neste documento curricular.

Esse trabalho teve como objetivo analisar os sentidos atribuídos aos termos ambiente, ambiental e educação ambiental na Base Nacional Comum Curricular, com fundamento nas noções de Educação Ambiental de acordo com as macrotendências Layrargues e Lima (2014), e os conceitos de ambiente e meio ambiente elencados por Dulley (2004) e Ribeiro (2013).

Metodologia

A pesquisa realizada teve natureza qualitativa articulada ao tratamento quantitativo dos dados. Para Minayo (2010, p. 21), “[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...], ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. A análise qualitativa é escolhida quando o objetivo da pesquisa é compreender o significado de elementos pré-estabelecidos. A utilização das abordagens qualitativa e quantitativa possibilita analisar a distribuição diferentes unidades de registro no documento e compreender os significados a elas atribuídos.

O material curricular selecionado foi a BNCC (2017), por tratar-se de documento oficial para a educação básica em todo o país, com recorte neste estudo no ensino fundamental. Foram realizadas leituras sucessivas do texto, buscando a seleção das unidades de registro referentes à temática ambiental. Para Bardin (2011, p. 104), “[...] a unidade de registro corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e a contagem de frequência”. As unidades de registro (UR) foram: ambiente, educação ambiental e ambiental.

Na análise da BNCC foram estabelecidos os seguintes procedimentos: localizar e quantificar as unidades de registro EA, ambiente e ambiental no documento; analisar as unidades segundo as noções de ambiente de Dulley (2004) e Ribeiro (2013) e as macrotendências de EA estabelecidas por Layrargues e Lima (2014).

A análise da BNCC começou com a leitura de todo o texto, buscando uma interpretação das temáticas ambientais no documento e a seleção das unidades de registro. Em seguida enumerou-se a quantidade de vezes que as palavras ambiente, ambiental e educação ambiental aparecem no texto e interpretou-se o valor semântico de cada expressão. Na segunda etapa o documento foi lido buscando identificar as noções de ambiente e EA localizados no texto conforme as unidades de contexto, entendendo cada uma delas como correspondente: “[...] ao segmento da mensagem cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (BARDIN, 2011, p. 107).

Resultados e discussão

No texto da terceira versão da BNCC (2017) foram localizadas 118 unidades de registro (UR): 76 referindo-se a “ambiente”, 40 referindo-se a “ambiental” e duas (2) relacionadas à “Educação Ambiental”. Na Unidade de Registro “ambiente”, em 61 (sessenta e uma) vezes a palavra está associada ao ambiente em que os seres humanos habitam, como: escola, casa e trabalho, e 15 (quinze) voltadas para o meio ambiente.

Para Dulley (2004) e Ribeiro (2013) há diferença conceitual na forma como as expressões ambiente e meio ambiente são utilizadas pelos seres humanos. Meio ambiente diz respeito aos parâmetros que abrangem uma determinada espécie, e que são importantes para os seres humanos de alguma maneira. A palavra ambiente está ligada ao contexto, ao habitat de cada

espécie, e quando o ser humano se refere ao ambiente, na maioria das vezes o está relacionando ao seu próprio habitat.

Das 76 vezes em que a UR ambiente foi localizada no texto, em 61 ela estava relacionada a seres humanos. Na perspectiva de Dulley (2004), a incorporação e a aceitação dessa noção de ambiente podem levar a comportamentos equivocados sobre as questões ambientais, pois indica a compreensão de que é importante conservar apenas elementos do ambiente de interesse para a sobrevivência da espécie humana. Ainda segundo esse autor, ao abordar questões voltadas para a EA, é importante apresentar as noções de ambiente incluindo o espaço não só habitado pela maior parte dos seres humanos, mas também os ‘meios ambientes’ de todos os seres vivos no Planeta Terra.

A unidade de registro “ambiente” foi localizada 15 vezes no texto da BNCC relacionada à educação ambiental: em seis (6) vezes estava relacionada à perspectiva pragmática, cinco (5) à conservacionista e quatro (4) à crítica. As tendências pragmáticas e conservacionistas estão relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Para Lima (2014) e Layrargues e Lima (2014), a educação para o desenvolvimento sustentável é uma educação enredada na naturalização do mercado e das ideologias neoliberais. Segundo Loureiro (2005), atrelar as questões de EA ao desenvolvimento sustentável é substituir o real valor da construção de uma sociedade “socioambiental” por uma sociedade voltada para o capital alicerçada em preceitos mercadológicos.

Na unidade de registro “ambiental”, notou-se a prevalência da visão conservacionista (15 vezes) nos fragmentos de texto analisados em relação à pragmática (14) e crítica (11). As macrotendências pragmática e conservacionista são prevalentes no corpo do texto, somando 29 ocorrências. As estratégias pragmáticas e conservacionistas priorizam o desenvolvimento sustentável, no lugar da construção de uma sociedade integrada ao ambiente. Para Lima (2014), a educação para o desenvolvimento sustentável é uma educação enredada na naturalização do mercado e das ideologias neoliberais.

O termo “Educação Ambiental” foi localizado apenas duas vezes na BNCC e em ambos os registros referindo-se à Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. No documento faz-se referência apenas à Lei, não se tratando do que é EA e aspectos a serem trabalhados didaticamente para o desenvolvimento de uma EA crítica e emancipatória. Segundo Loureiro (2005), uma EA crítica precisa estar pautada no diálogo, na acessibilidade, na administração participativa e na prática da cidadania. Para Reigota (1998), a EA é estabelecida e produzida com base em práticas científicas e princípios conservacionistas. Para que a EA seja estabelecida por meio de preceitos críticos e emancipatórios, é necessária uma educação elencada no diálogo e na construção do conhecimento, visando à busca por mudanças comportamentais de consumo e com o ambiente.

Nas áreas das Ciências Naturais e Ciências Humanas identificou-se maior número dos termos “ambiente” e “ambiental”, somando 33 registros, sendo 21 em Ciências e 12 em Geografia. Em outras disciplinas escolares somaram-se 11 UR. Esse resultado indica o destaque dado a conhecimentos ambientais nestas duas disciplinas na BNCC, e não distribuídos uniformemente nas diferentes disciplinas. A EA, segundo os documentos curriculares oficiais, deve ser abordada de forma interdisciplinar,

Diante da compreensão que separa o ser humano da natureza, é possível que muitos educadores, ao usarem a BNCC para o planejamento de suas aulas, compreendam as questões ambientais como separadas das demais e atribuam seu estudo às disciplinas de Ciências e Geografia, uma vez que a temática ambiental é mais abordada nessas áreas. Também não foi notada a transversalidade e interdisciplinaridade nos conteúdos relacionados à EA.

Segundo Tozoni-Reis (2006), para que haja uma EA crítica e emancipatória é preciso que os conteúdos sejam pertinentes e construídos de maneira dinâmica e interdisciplinar, visando ao coletivo e à participação de todos os envolvidos, para a construção de sociedades sustentáveis. Loureiro (2005) aponta que a EA crítica e emancipatória estende os princípios de acessibilidade a todos os membros da sociedade aos bens naturais e é capaz de levar o indivíduo a se repositonar no ambiente e a se expressar de forma diferente com a natureza, restaurando o conceito de práxis vinculado à educação.

Considerações finais

A análise dos dados indicou pouca expressividade da temática ambiental na BNCC: apesar de a UR “ambiente” ter sido localizada 76 vezes no texto, em apenas 15 vezes está voltada para a temática ambiental. Sobre a unidade de registro “educação ambiental”, aponta-se que na BNCC não se explicita o que é e como se trabalha a EA na escola. Foram identificadas 29 ocorrências da UR “ambiental”, com a prevalência das macrotendências pragmática e conservacionista. Essas abordagens de EA referidas pela BNCC (2017) não problematizam a questão do consumo exacerbado impulsionado pelo capitalismo e o fato de o ser humano continuar agindo de maneira antropocêntrica e recursionista em relação ao ambiente.

No texto da BNCC, no que tange às UR ambiente e ambiental, há predominância de tendências conservacionistas e pragmáticas. As questões referentes a uma EA centrada em preceitos críticos aparecem timidamente no documento. Apesar de na BNCC se afirmar que a EA deve permear toda a educação brasileira, elegem-se algumas disciplinas como preferenciais para o tratamento das questões ambientais, como é o caso das Ciências e Geografia.

São poucos os estudos voltados para a análise de abordagens de ambiente e EA em documentos curriculares. Eles são importantes porque contribuem para a problematização de situações naturalizadas, no sentido de construção de uma educação crítica e libertadora voltada para a construção do ser humano e não do ter humano. Nesse sentido, aponta-se a relevância de futuros estudos que relacionem ensino de ciências, educação ambiental e currículo.

Agradecimentos e apoios

As autoras agradecem o apoio financeiro da FAPERJ.

Referências

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 fev. 2021.

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. (1999). Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP N. 2**, de 22 de dezembro de 2017.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agricultura em São Paulo, São Paulo**, v. 51, n. 2, p. 15-26,

2004.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): comentários críticos. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 2, n. 1, 2015.

LIMA, Gustavo da Costa. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**, n. 5, 2014.

_____. As macro tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. **O que é educação ambiental?** Brasiliense, 1998.

RIBEIRO, Job Antonio Garcia; CAVASSAN, Osmar. Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados. **Gondola: Enseñanza Aprendizaje de las Ciencias**, v. 8, n. 2, p. 61, 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Temas ambientais como "temas geradores": contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar em revista**, n. 27, 2006.